



Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros

ATA DA SESSÃO N.º 9

Sessão Extraordinária de 06/09/2022

Aos seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas 21:00 horas, nesta vila de Alhos Vedros, no edifício da Junta de Freguesia, no Largo da Graça, reuniu-se em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia, para a sua 9ª sessão, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Ratificação do Contrato de Execução de Competências Delegadas
- 2 – Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo na Freguesia de Alhos Vedros

Estiveram ausentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros:

-
-

Estiveram presentes os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Alhos Vedros:

- Artur Varandas
- José Ferreira
- Paula Amorim
- Paulo Sérgio Pereira

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa deu início à realização da Assembleia de Freguesia perguntando ao público presente se pretendem falar.

Não havendo intervenções por parte do público presente, a Presidente da Mesa passa de imediato ao período da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

1 – Ratificação do Contrato de Execução de Competências Delegadas

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Nós solicitámos esta Assembleia da Freguesia extraordinária, exatamente porque havia 2 situações muito importantes para serem deliberadas aqui pelo órgão deliberativo. Uma delas já se vem a falar há muitos meses que tem a ver com o Protocolo que está a ser executado por este Executivo e que é um protocolo que já vem desde Maio de 2018, entretanto têm-se registado algumas reuniões do Executivo, neste caso do Presidente da Junta com a Câmara Municipal, no sentido de ser celebrado um novo protocolo, com novas competências ou sem novas competências, mas estão em cima da mesa novas competências. Entretanto, esta situação tem-se vindo a arrastar e considerámos por, como diz na própria proposta, eu já passo a ler, consideramos por uma questão de respeito institucional, porque consideramos que juridicamente esta situação não está enquadrada, mas porque estamos a executar um protocolo com um executivo de outra força política na Câmara e com este Executivo também, que é de uma força política diferente daquela que celebrou o protocolo que estamos a executar, achámos que faria sentido assim como Freguesias aqui ao lado também já tomaram esta decisão, portanto, eu passaria a ler a proposta e depois ficaria aberto a alguma questão que seja que seja considerada necessária.

Seguidamente o Sr. Presidente leu a proposta a submeter pelo executivo da JFAV, à assembleia de Freguesia de 6 Setembro 2022, de deliberação sobre a Ratificação e Prorrogação do protocolo de execução de competências delegadas. (Contrato de execução de competências delegadas, entre o Município da Moita e a Junta de Freguesia de Alhos Vedros).

Para terminar, consideramos muito importante que este protocolo seja deliberado, porque no fundo é essencial ao trabalho da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia tem 3 fontes de receita, esta é a segunda maior fonte de receita. Este protocolo das competências é o que estamos a executar desde que tomámos posse em Outubro de 2021. A receita e a despesa estão através do orçamento e através da incorporação de saldos que foram aqui aprovadas e deliberadas nas alturas certas. Portanto, isso nem se questiona. No entanto, o próprio protocolo, contrato em si está aqui hoje em cima da mesa, para ser deliberado.

Eli Rodrigues – CDU (Coligação Democrática Unitária)

É com grande satisfação que ao fim de quase um ano, finalmente este protocolo vai ser aprovado,

vai ser ratificado na Assembleia de Freguesia. Como disse o Presidente da Assembleia Municipal na última Assembleia, não foi na última, foi na outra anterior. Estes protocolos, enquanto não fossem aprovados nas Assembleias de Freguesia, estavam ilegais. Referiu isso no fim. Mais uma vez deu razão à CDU quando estes meses todos contestou que este protocolo tinha que ser ratificado. E ainda por cima ao fim de quase um ano de mandato continuamos a usar um protocolo feito pela CDU. O PS ainda não conseguiu fazer um protocolo novo. Quer dizer que ou a CDU tinha muita competência a fazer protocolos após mesmas críticas que têm sido aqui ouvidas ou não consigo compreender. Continuamos a usar o mesmo, ao fim de um ano ainda não há um novo. É que este tinha que ser ratificado da mesma maneira para as contas serem legais, mas continua a ser o mesmo. Estávamos à espera de que já houvesse um novo. Pelos vistos, ainda não, não há. Não sei se estão com alguma dificuldade. Não sei o que é que entende, era tão mau, tão mau, tão mau como ouvimos aqui nalgumas reuniões, mas é esse que continua em vigor e irá continuar. Há aqui uma coisa nesta proposta que não consigo concordar. Sinceramente, eu e os meus camaradas não conseguimos concordar que é: por uma questão de respeito institucional? Não é respeito institucional, é a legalidade. Por estar em causa uma força política diferente? Não é por estar em causa uma força política diferente, se a CDU continuasse tinha que ser votado, tinha que ser ratificado na mesma. Eu acho que estas palavras deviam ser retiradas nesta proposta. É assim votar, nós vamos votar a favor, como acho que todos que estão aqui, mesmo forças políticas diferentes, vão votar a favor de uma proposta da CDU de 2018, como foi dito aqui, uma proposta da CDU. Não é uma proposta do PS é uma proposta da CDU e é óbvio que a gente vai votar a favor. Nunca iríamos votar contra uma coisa para o bem da população e uma coisa que temos chamado a atenção. Agora, por ser uma força política diferente, não, não é por ser uma força política diferente nem é por respeito institucional. É porque é a lei.

Rosa Paula Marques - Independente

É claro que eu irei votar a favor, porque será a bem da população, não compactuando com outras situações, mas neste caso eu irei votar a favor, porque as pessoas têm que ficar esclarecidas. Eu sempre quis saber e sempre perguntei, apesar da minha ignorância, eu sempre perguntei. Afinal o que seria o protocolo? As pessoas em casa ouvem falar de uma ratificação de um protocolo de delegação de competências. O que está aqui em questão é que tal como o Presidente da Câmara Municipal disse as Juntas estavam ilegais, a trabalhar ilegais. A ilegalidade neste sentido é que a Junta gastou o dinheiro público sem ser votado em Assembleia. Não foi um desvio de dinheiro e daí ir votar a favor. Nesta situação, se nós votássemos todos contra o Executivo da Junta de Freguesia teria que repor o dinheiro público que gastou. É neste sentido que eu acho que as pessoas têm que ter o conhecimento. O Sr. Presidente foi alertado há muito tempo para esta situação e já podia ter feito esta Assembleia extraordinária e então aí nós já estaríamos a funcionar legalmente, porque até agora, enquanto não for votado, a Junta funcionou dentro da ilegalidade. Era mesmo só isto porque queria justificar aquilo que por vezes nós queremos que as pessoas saibam. Temos que falar para as pessoas de maneira simples para que elas percebam aquilo que se está a falar. Nesta situação era precisamente o dinheiro público, não poderia estar a ser gasto sem a aprovação da Assembleia de Freguesia, que é o órgão máximo dentro da nossa Junta de Freguesia.

Rui Guerra - CDU

Esta é uma situação que se arrasta e que o Executivo já tinha obrigação de ter resolvido. Lamento ser necessário uma Assembleia extraordinária para o facto. Mas se isto se arrastou até Setembro,

nós temos uma Assembleia ordinária já em Setembro, a arrastar por arrastar continuava a arrastar mais 2 ou 3 semanas. Mas não é por acaso que é hoje. Já não é a primeira vez, porque hoje, se calhar, tem pouca audiência, apesar do nosso Presidente ser um defensor daquela força desportiva que está a jogar, sabe que hoje isto não tem assistência e se calhar não quer que as pessoas ouçam isto. Quero lembrar que estes gastos hoje, com esta Assembleia extraordinária, com as senhas de presença e com a transmissão para 2, 3 semanas eram desnecessários. Era só isto que eu queria apresentar, porque era extremamente necessário que isto fosse aprovado e era lei.

Gabriela Filipe – Presidente da Mesa

Esclarecer que a convocação da Assembleia é da minha responsabilidade. Eu também fui sempre apoiante que teria que haver esta ratificação em Assembleia de Freguesia. Esta Assembleia foi convocada quando foi possível fazer. E eu é que a convoquei para esta data, derivado ao tempo, derivado às pessoas terem acesso à documentação toda. Também tinha um pouco a ver com a Assembleia Municipal, que tardou a ratificar. que também foi a tarde e más horas que foi novamente também foi lá ratificado. Mas, seja como for, essa responsabilidade é minha. O Sr. Presidente pediu, disse que queria discutir estes pontos e eu marquei para hoje. Fica assim esclarecido.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Quando se fala em ilegalidades, tem que se ter cuidado com a palavra. Eu já utilizei aqui em determinados momentos, mas se calhar não é a palavra mais adequada, porque é assim. Ilegalidades em relação à receita e à despesa para um membro desta Assembleia, é não saber o que é que anda aqui a votar quando votam orçamento. Está aqui, administração local, protocolo, 30/12/2021 113600 euros. Isto foi aprovado. Quem não sabe o que é que está a ver no orçamento quando vota o orçamento e depois no orçamento, o mesmo valor está na despesa. Está aqui para as pessoas verem. Isto é o orçamento da Junta e depois, passado 4 meses, voltou a ser deliberado no orçamento com os saldos incorporados. Quem não percebe isto, não sei o que é que anda aqui a fazer. Sinceramente, quando fala em legalidade, eu gostava também que me dissessem qual é o artigo da lei em que se enquadra uma situação destas, uma ratificação de um protocolo que não é uma celebração, não é uma revogação, não é uma anulação de um protocolo já existente. Não há nenhum artigo da lei enquadrada que se enquadre esta situação. Aliás, nós já falámos do protocolo dezenas de vezes. Não foi uma, nem 2, nem 5. Na última Assembleia eu respondi a vários membros da Assembleia sobre o Protocolo, 6 vezes, todos fizeram a mesma pergunta, parece que não aceitavam, se calhar com necessidade de saber sobre o protocolo. Queria só dizer outra coisa e esta muito importante. Este protocolo não se trata de ser péssimo ou de ser excelente ou de ser muito bom ou de ser muito mal. O que se trata neste protocolo é que durante 4 anos, anualmente em Setembro, podia haver recursos financeiros para a Junta de Freguesia mais por causa da cláusula do artigo 7, número 3 e número 4 e a CDU, Executivo da CDU, fez questão de receber exatamente o mesmo entre Maio de 2018 e Maio de 2021, onde, neste caso, 2022, porque nós estamos a executar o mesmo protocolo. Sabem o que é que aconteceu com o Partido Socialista? Está aqui a data, isto é a folha de conta corrente da Câmara, do compromisso com a Junta de Freguesia foi o que foi aprovado pela Câmara, que tem que nos entregar ao abrigo do Protocolo. Sabe o que é que aconteceu aqui no dia 18/04/2022? Compensação, ao abrigo do Protocolo 4858 euros que não estavam no protocolo adicionais. Isto foi o Executivo do PS, conseguiu para a Junta de Freguesia de Alhos Vedros. O Executivo da CDU durante 4 anos simplesmente recebeu aquilo

que estava a ser entregue. Porque em Setembro tinha direito a mais, mas nem sequer dizia nada à Câmara, é o que está contratualizado aqui no protocolo. Vocês têm o protocolo à vossa frente, vão ver aí o artigo número 7 o 3 A e vão ver o 4. Depois aí vocês tiram as vossas conclusões. O que está a acontecer é exigir os recursos financeiros adequados e quando se assina um acordo, um protocolo, um contrato, esse contrato tem que haver diligências e tem que haver um acompanhamento para que os recursos financeiros sejam devidamente entregues. Solidariedade todos temos, mas executar aquilo que nos é pedido todos os anos há custos adicionais. Foi um acordo celebrado entre o Executivo da Câmara da CDU e um Executivo da Junta da CDU. Está aqui a dizer, todos os anos tem que ser revisto para se, for necessário, entrega-se mais dinheiro. A Junta de Freguesia de Alhos Vedros, entre Maio de 2018 e Maio de 2022 nunca viu mais dinheiro. Viu, com o Executivo do PS 4800 euros, entraram, já estão no banco.

Jorge Marques - CDU

O Protocolo de descentralização de competências, quando existe uma força política, independentemente das forças políticas, quando acaba o mandato da Assembleia, quando há novas eleições cessa. Está no protocolo. Está lá escrito e explícito. A questão das negociações dos protocolos é entre os Executivos. O protocolo está ilegal desde Dezembro, desde que houve tomada de posse. Na Assembleia de Dezembro, a Câmara tinha que fazer a aprovação do protocolo e nós aqui tínhamos que deliberar sobre esse protocolo e aceitar esse protocolo. Dizer que fizemos A, B, C ou D, o Executivo não esteve a cumprir a parte administrativa do processo. A gestão é vossa, tudo bem, agora é uma gestão, eu não vou dizer ilegal, mas em termos de rigor administrativo, tudo aquilo que estava aqui não existia, não existia porque nem a Câmara nem a Junta de Freguesia cumpriu os preceitos da lei e não estou a dizer ilegal. Ou seja, não cumpriram o rigor administrativo que rege as nossas Autarquias. Agora se são mais 4000, 5000, não estamos a falar nisso. Estamos a falar de rigor administrativo, de autorização para utilizar os dinheiros público. É isso que nós estamos a dizer. E chamámos aqui muitas vezes à atenção. Todo o dinheiro que vier para nós melhor. E eu espero que o novo protocolo, se houver um novo protocolo, que a gente tenha muito mais dinheiro, que os fundos do financiamento das Freguesias sejam muito maiores, que os fundos dos Municípios sejam muito maiores, que a gente tinha muito mais receitas. Nós não estamos aqui a discutir se houve mais A, B ou C, nós queremos mais dinheiro para a Freguesia para investir, para fazer obra, para melhorar as condições dos nossos fregueses, aquilo que nós estamos aqui a discutir é que tínhamos uma situação, eu não vou dizer ilegal, em termos administrativos que não estava regulada, não estava regularizada. Não estava regularizada e outra coisa em Março tem 4000 euros a mais do protocolo, mas a gente não autorizou nada. A Assembleia não autorizou nada, nós temos que autorizar a utilização desses dinheiros que não estava no orçamento. Vieram mais 4000 euros, fizeram bem. Quanto mais trazer para a Freguesia melhor. Só que não autorizámos que vocês utilizassem esse dinheiro. Nós queremos é rigor administrativo.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Quando a Junta recebe dinheiro durante o ano que não está afeta ao orçamento, não se pode mexer nesse dinheiro só para o ano. Vocês têm noção disso ou não? Eu acho que vocês andaram aqui durante 4 anos e não têm noção como é que se gere um orçamento? Vocês têm noção que a gente já recebeu mais dinheiro da Câmara, sem ser este, que não foi pelo protocolo e que não podemos mexer nesse dinheiro, só para o ano, quando afetarmos pela via do orçamento. Estes 4800 euros entraram na conta bancária. Não foram gastos. Como vocês deviam de saber, vocês

têm noção porque tiveram na última reunião do executivo quanto dinheiro é que há. Este dinheiro não foi gasto, nem pode ser gasto, o dinheiro tem que ser gasto e que vai ser gasto e que está a ser gasto durante o ano é o dinheiro que está aprovado pelo orçamento. Nós não vamos gastar 120 por termos recebido mais 5 ou mais 10. Isso não vai acontecer nunca. Não pode acontecer isso é que não é legal. Este dinheiro foi entregue porque é uma compensação. Isto é uma compensação, assim como, eu não queria falar sobre isto, mas nós estamos a negociar retroativos. Nós quando os recebermos, por exemplo, em Janeiro ou em Dezembro ou seja quando for, nós depois não podemos mexer nesse dinheiro sem estar aprovado e deliberado pela via orçamental. E outra coisa eu falei nisto porque houve um membro da Assembleia que disse que nós, Executivo, considerávamos que o protocolo era péssimo. Nunca me ouviram falar a palavra péssimo, de certeza. Eu acho é que este protocolo não serve. Não serve os interesses da Freguesia. Serviria mais se todos os anos recebêssemos mais dinheiro, aí era diferente, não recebemos, recebemos em Maio de 2018 o mesmo que recebemos passados 4 anos. A Junta gasta mais em gasóleos, materiais e tudo. E vocês não pediram aquilo que estava aqui de direito para este órgão funcionar. Pois claro que não autorizaram gastar este dinheiro e este dinheiro não vai ser gasto, está lá na conta bancária, é para o ano. Mas para o ano temos mais este e se calhar ainda vamos ter retroativos e ainda vamos ter 13% de aumento e uma série de coisas que estamos a negociar. Chama-se a isto defender os interesses e os direitos e a capacidade financeira da Junta de Freguesia, fazer aquilo que nos exigem de competências pela Câmara. Isso é que é defender verdadeiramente o órgão que estamos a representar e geri-lo com grande bom senso e responsabilidade.

Rui Guerra - CDU

Esses 4800 euros que o Sr. Presidente diz que já conseguiu e se o Protocolo não está ratificado? Como é que entram e é compensação de quê? Já agora, é evidente que eu sei que é a Sra. Presidente que marca as Assembleias de Freguesia, mas isto é nítido desta força partidária. Eu recordo-me também quando este clube jogava para a Liga dos Campeões, andávamos de PEC em PEC. Até chegarmos ao PEC 4 era apresentado também quando era jogo da Liga dos Campeões e depois o País foi para onde foi. Isto é um exemplo do que esta força partidária e as Assembleias de Freguesia já não é a primeira que é marcada quando há pouca gente a assistir. Mas eu queria saber o que é que é compensação do quê que o Sr. Presidente disse?

Gabriela Filipe – Presidente da Mesa

Não sei se há audiências as pessoas em casa que tem essa é que têm que perceber se querem assistir às Assembleias de Freguesia ou se não querem, se joga este clube ou outro não tenho calendário à minha frente. Foi convocada para hoje porque foi para hoje. Podia ter sido para a semana ou para outra. Mas como achava que tinha que ser o mais rápido possível ratificado, foi no menor espaço de tempo também possível.

Eli Rodrigues - CDU

Acho piada depois de tudo o que o SR. Presidente disse. O dinheiro não pode ser gasto, mas a gente não está a falar em gastar, nem de não gastar, nem guardar. Não estamos a falar nada disso, nós estamos a falar só na aprovação do Protocolo e o dinheiro para ser gasto, o dinheiro que é enviado da Câmara tem um orçamento como o SR. Presidente disse, mas não está em causa aqui a aprovação do orçamento. Este protocolo tinha que ser aprovado. Eu só não percebo aqui uma coisa, então a Câmara está a mandar dinheiro para a Junta que não está a ser gasto? Mas somos

uma instituição bancária? Não consigo perceber, pode ser mandado para o ano, no orçamento do ano. Há aqui qualquer coisa que está a fazer confusão. Será legal?

Artur Varandas – Presidente do Executivo

A justificação foi no âmbito das negociações do novo protocolo, isto já foi mais para o início do ano e agora as negociações avançaram mais há 2, 3 semanas. Houve Juntas que pediram compensações, por isso é que entra, está aqui na conta corrente da Câmara, uma compensação. Porquê esta compensação? É por aquilo que eu acabei de dizer á bocado. Queixei-me que o anterior Executivo, ao abrigo do Protocolo que nós estávamos a executar, não tinha pedido, em Setembro dos anos 2019, 2020, 2021, aquilo a que tinha direito. Eu queixei-me e os outros queixaram-se também e acho que todos receberam uma compensação. Foi isto que aconteceu. Esta compensação não vai ser utilizada durante o ano de 2022.

Eli Rodrigues - CDU

Vamos lá ver se a gente entende se, pelo menos, quem está lá em casa para perceber. O que estamos aqui a aprovar, não é compensação nenhuma. Não estamos a aprovar compensação nenhuma, nós estamos a aprovar o dinheiro que vem da Câmara para a Junta, pronto, mas o show off que está aqui é mais dinheiro, mais dinheiro, mais dinheiro. Quando se muda o mandato, vamos ver para trás no mandato anterior, o dinheiro não é o mesmo, era menos, muda consoante o mandato. Agora estamos a falar da compensação, não leio aqui compensação em lado nenhum da proposta. Se calhar. Hoje estamos aqui a aprovar um protocolo, não estamos a aprovar compensação nenhuma. E o Sr. Presidente, mais uma vez, a desviar as atenções para uma compensação.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Na proposta feita pelo Executivo diz assim, o órgão deliberativo da Freguesia, 13 membros, pronunciar-se sobre a ratificação dos atos, têm noção que é a ratificação dos atos. Têm noção que este pedido de compensação vai ser ratificado aqui hoje, é para depois na próxima Assembleia não virem dizer que nunca ratificaram.

A Sra. Eli Rodrigues, da CDU ainda referiu que só disse que a proposta estava mal-feita.

Não havendo mais intervenções por parte da Assembleia, a Sra. Presidente pôs à aprovação a Ratificação do Contrato de Execução de Competências Delegada, sendo este aprovado por unanimidade.

Foi lida pela eleita Eli Rodrigues, uma declaração de voto da bancada da CDU (anexa à ata).

2 – Aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo na Freguesia de Alhos Vedros

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Esta é uma proposta que temos nas opções do plano aprovadas para 2022. No entanto só agora é que surgiu a possibilidade de iniciarmos esta nossa proposta. É muito importante, que já vem a ser solicitada por várias forças políticas há alguns anos.

Seguidamente leu a proposta a submeter pelo executivo, de deliberação sobre a proposta de Regulamento do Orçamento Participativo da Freguesia de Alhos Vedros.

Foi constituída uma comissão de acompanhamento do orçamento participativo da Freguesia de Alhos com 9 membros sendo 3 membros do executivo, 6 membros da Assembleia de Freguesia, 4 representantes dos partidos e 2 independentes com mandato na Assembleia de Freguesia. Esta foi a forma que nós entendemos que melhor serve os interesses da Junta de Freguesia e da população em relação a esta questão. Entendemos que esta Comissão foi designada e tem legitimidade para acompanhar todo o processo, depois de ser aprovado o regulamento. No âmbito do próprio regulamento, diz quais são as funções e as atribuições desta Comissão de acompanhamento, do próprio funcionamento do orçamento participativo. Portanto, acho que estão reunidas todas as condições para se, for aprovado, possa cumprir com aquilo que queremos fazer que é divulgar publicamente o regulamento e depois, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo ser publicado no Diário da República.

Jorge Marques - CDU

Em Dezembro foi dito na questão do orçamento de 2500 euros, qual é a justificação para alteração de 5000 euros.

Eli Rodrigues - CDU

Quando escrevemos os artigos e os decretos lei, primeiro vem as alíneas, depois vem os artigos, depois é que vem o decreto-lei, é um preciosismo, mas é assim que se escreve. Há também uma coisa que o executivo podia ter mudado, a Junta de Freguesia promoveu, não, o Executivo da Junta de Freguesia promoveu. Ficava mais correto. A forma inclusiva é que não percebi. Gostava mesmo que o Sr. Presidente explicasse o que é a forma inclusiva, porque normalmente a palavra forma inclusiva é usada para uma situação em particular e não consigo perceber. A CDU participou nas reuniões que houve antecipadamente sobre este orçamento. Foi de bom agrado que após a análise da CDU do regulamento, todas as propostas foram aceites, assim como do PSD pelo Sra. Paula Diogo, assim como a Sra. Rosa Paula Marques também apresentou alterações e foram aceites. Após reunirmos achamos que continua a faltar alguns pontos, mas isso até já tínhamos falado e que têm de ser revistos. Na nossa opinião o regulamento terá que ser revisto todos os anos porque vai sempre aparecer coisas novas. É nesse sentido que a CDU está sempre pronta para dar os contributos, como tem sempre dado até aqui, para que haja melhorias na nossa Freguesia.

Rosa Paula Marques - Independente

Continuo a achar que há coisas que fazem falta neste regulamento. No artigo 3, na calendarização do orçamento participativo, deve existir um quadro com as datas do que se vai fazer, já tinha entregado um documento onde isto está frisado. Devia de haver um e-mail que fosse só para o Orçamento participativo. Também não vejo aqui nada a falar sobre a proteção de dados. Gostava de saber como é que se vai fazer isso.

Gabriela Filipe – BE

Propõe uniformizar a alínea 4 do art. 6, a alínea 2 do art. 8, a alínea 2 do art. 9 e a alínea 1 do art. 12.

"... membros da Junta de Freguesia, da Comissão de Acompanhamento, da Assembleia de Freguesia, bem como os trabalhadores da Junta de Freguesia e familiares dos órgãos referidos ..."

Rui Guerra - CDU

Todas as bancadas apresentaram propostas que foram aceites e gostaria de saber se a bancada do PS apresentou também alguma proposta.

Foi esclarecido pela Presidente da Mesa que não tinha relevância se a bancada do PS tinha ou não apresentado alguma proposta, visto terem estado presentes na Comissão de Acompanhamento e terem aprovado as propostas de emenda que foram postas à discussão.

Artur Varandas – Presidente do Executivo

Nós nunca dissemos que estávamos fechados aos 2500 euros, portanto, até pode ser para o ano, este ano, em princípio até nem se vai implementar. Dificilmente se vai implementar, não está também fechada a porta a não implementar, faltam só 4 meses para o final do ano. Será difícil, pouco provável, no entanto, não está fechada essa porta. Para o ano colocámos um valor de 5000 euros, mas é um valor que é revisto anualmente. A Comissão e connosco Executivo, porque a gestão orçamental é nossa, será definido esse aspecto. Em relação à palavra inclusivo está aqui no dicionário, capaz de incluir, inserir, etc. Está tudo dito. Acho que numa situação destas em algo que é tão importante para a Freguesia, que até o Orçamento de Estado tem um orçamento participativo, porque é que uma Freguesia que é uma autoridade administrativa, não há que ter um orçamento participativo? Temos é que definir as regras e implementar aquilo que for melhor para a Freguesia. Projetos de jovens, projetos de necessidades que pode haver. Da nossa parte, quando nós fazemos um programa, podemos identificar um conjunto de necessidades e durante estes 4 anos passa-nos ao lado uma coisa tão importante. A Comissão vai rever todas as propostas que se enquadram ou não no regulamento, vai submeter e depois são votadas pela população, se calhar, vai-se chegar à conclusão de que aparecem coisas extraordinárias. As pessoas têm capacidade de analisar problemas e soluções que depois se podem passar à prática. É fundamental aplicar.

O calendário é definido pela Comissão. A Comissão define a calendarização. Como é que nós já podíamos pôr aqui? Está aqui a dizer no artigo 3, a Comissão determina as datas concretas do início e conseqüente faseamento. Tínhamos que começar de alguma maneira, agora já conseguimos chegar até um Regulamento e se consiga ter uma primeira experiência, sem ter uma primeira experiência e se calhar cometer algum erro, alguma coisa corra menos bem. Como é que podemos corrigir uma coisa que nunca aconteceu? Eu acho que é importante é existir um regulamento consenso. As 9 pessoas tiveram consenso. Há aqui se calhar uma coisa ou 2 que podia ser limada, a questão do número de telefone, questão da proteção de dados. Não quer dizer que não se possa até antes de implementar, voltar a rever o regulamento outra vez para o início do ano e voltar à Assembleia de Freguesia. Está aqui é um documento que é apresentado à Assembleia que resulta da Comissão de Acompanhamento.

Após várias propostas de ajustes ao documento pela voz de Jorge Marques, Eli Rodrigues, Ana Cristina Rosado, Gabriela Filipe e Paula Diogo, nomeadamente:

“residentes” alterar para “recenseados” e retirar cidadãos maiores de 18 anos

Retirar número de telefone, domicílio fiscal e data de nascimento

Apresentação de CC

Uniformizar a alínea 4 do art. 6, a alínea 2 do art. 8, a alínea 2 do art. 9 e a alínea 1 do art. 12.

“... membros da Junta de Freguesia, da Comissão de Acompanhamento, da Assembleia de Freguesia, bem como os trabalhadores da Junta de Freguesia e familiares dos órgãos referidos ...”

Acrescentar o artigo 13 sobre legislação RGPD, elaborando um documento posterior sobre a política de privacidade dos dados

Depois das alterações introduzidas por esta Assembleia, o Regulamento do Orçamento Participativo na Freguesia de Alhos Vedros, foi posto à votação, sendo aprovado com uma abstenção da bancada da CDU.

Não havendo mais questões a Presidente da Assembleia de Freguesia refere que vai ser lida a Minuta da Ata.

A Minuta da Ata foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão pelas 22 horas e 25 minutos, do dia 6 de Setembro de 2022.

A presente ata será colocada à discussão e aprovação pelos membros da Assembleia de Freguesia de Alhos Vedros e será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia de Freguesia após aprovação.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente: Gabriela Filipe

1º Secretário: Cliff Brundell

2º Secretário: Ana Cristina Mendes Rosado